



A DAA p/ publicação.
 A DAA p/ a 1ª Comissão.
 2011-03-31 Visto. Sublime-se no DAR
 C. de D. M. fica-se o acesso à dispos.
 seu. 20.3.11

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
 COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
 DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assembleia da República Gabinete do Presidente
N.º de Entidade <u>386052</u>
Classificação
<u>03/01/01</u>
Data
<u>11/03/30</u>

A Senhora Secretária-Geral
 11.03.30

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
 PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
 DA REPÚBLICA

DSATS

A Secretária-Geral

11/03/31

Data: 30-03-2011

Ofício n.º 295/XI/1.ª – CACDLG /2011

D.

ASSUNTO: *Relatório de participação na reunião interparlamentar organizada pelo Parlamento Europeu por ocasião do 100º aniversário do Dia da Mulher – As mulheres na política na União Europeia, Bruxelas, 3 de Março de 2011.*

Nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia da República e para o efeito da sua publicação na II Série-D do DAR, junto envio a Vossa Excelência o relatório da participação da Senhora Deputada Maria do Rosário Carneiro, em representação desta Comissão, na reunião interparlamentar identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos, *Oswaldo de Castro*

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

[Handwritten signature]
 (Oswaldo de Castro)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
 386052
 Gabinete de Secretária-Geral
 11/03/31
 Proc.º n.º 295

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
 Divisão de Apoio às Comissões
 CACDLG
 N.º Visto 386052
 Processo n.º 295 Data 30/3/2011



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Relatório

Participação na reunião interparlamentar organizada pelo Parlamento Europeu por ocasião do 100º aniversário do Dia da Mulher – *As mulheres na política na União Europeia*

03 de Março de 2011

1. A reunião promovida pelo Parlamento Europeu a propósito da celebração do 100º aniversário do dia internacional da mulher, aberta pelo Presidente do Parlamento Europeu, teve como tema nuclear a participação das mulheres na política – *Women in politics in the European Union* – e seguiu a ordem de trabalhos que junto se anexa.
2. Os trabalhos foram organizados em torno de intervenções produzidas por Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda e presidente da Fundação Mary Robinson, por Nicole Fontaine, ex-presidente do Parlamento Europeu, e ainda da exposição das experiências dos Parlamentos Nacionais e do Parlamento Europeu relativas à questão – *How to enhance women's participation in politics* – desenvolvidas por representantes dos Senados belga e checo, do Parlamento Alemão e do Parlamento Europeu, a partir das quais se gerou um amplo debate entre as/os deputados europeus e nacionais.
3. A partir do debate foi possível constatar o esforço generalizado, por parte dos estados-membros de legislarem e construírem os instrumentos políticos e organizacionais para promover a participação das mulheres na política, apesar das situações descritas referirem naturalmente realidades política, económicas e socioculturais diversas. Pode no entanto reconhecer-se que, e que apesar dos progressos feitos a nível legislativo e político e dos resultados alcançados, na maioria dos estados-membros e em grau variável permanece a situação de uma participação nem paritária nem de preenchimento de lugares de maior responsabilidade e consequente visibilidade.
4. Neste contexto, pude intervir no debate, segundo os seguintes pontos:
 - a. O exercício partilhado do poder é uma questão de direitos fundamentais, de cidadania, e também de inquestionável fundamento para o desenvolvimento sustentado;



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

- b. Enunciado das medidas e acções desenvolvidas em Portugal neste âmbito, e dos impactos quer na formação das listas quer na consequente presença nos órgãos de soberania;
 - c. Ponderação sobre a necessidade de se pensar para além da participação política. Igualmente importante é a presença das mulheres nas administrações do sector financeiro, das empresas ou da coordenação da investigação científica sem a qual não se formará a necessária massa crítica. Tal naturalmente não resultará de quotas mas eventualmente de outros mecanismos (incentivos? penalizações? censura/sanção pública?) que ajudarão a formar uma consciência colectiva.
 - d. Referência aos custos da desigualdade com repercussões visíveis em toda a sociedade, destacando alterações comportamentais, fragilidade demográfica, etc.
 - e. Imperativo de não desistir, persistindo de forma e criativa, com um real vontade política tendo em vista a realização da justiça, a garantia da democracia e a sustentabilidade do desenvolvimento.
5. Foi ainda salientado que o actual contexto de crise é favorável ao abrandamento de políticas activas neste domínio e ao consequente recuo nalguns sectores, da realização de direitos fundamentais, pelo que se apelou a uma permanente militância na construção da igualdade.

Maria do Rosário Carneiro

Maria do Rosário Carneiro

Lisboa, 09 de Março de 2011